Parte III - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Capítulo XI - Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes

Maria da Conceição Tavares

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)*: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 203-227. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4.
<https://doi.org/10.7476/9786586221695.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo XI

Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes¹

Maria da Conceição Tavares²

Introdução

Celso Furtado tratou do conceito de subdesenvolvimento – da forma clara e rigorosa que é própria do seu método histórico e analítico – em seu clássico *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Não o definiu como uma etapa necessária pela qual teriam passado todos os países desenvolvidos, mas como um processo histórico particular, resultante da penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, constitutivo da expansão desigual do capitalismo. Teoricamente, sua concepção é semelhante ao esquema centro-periferia de Prebisch (1949), mas sua visão é mais completa porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa. Nesta articulação, a composição da demanda preexistente – em particular o consumo das elites – é formada por indução externa, o que se mantém também no processo de industrialização substitutiva de importações,

1 Publicado, originalmente, como capítulo no livro Celso Furtado e Brasil, organizado pela autora (Maria da Conceição Tavares) e editado pela Editora da Fundação Perseu Abramo (2000). Atualmente o texto integral da obra encontra-se disponível na internet, em várias plataformas públicas, em acesso livre.

2 Nascida em Portugal é uma das economistas de maior influência sobre o pensamento econômico brasileiro desde os anos de 1960. Trabalhou na Cepal e tornou-se professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, mais tarde, professora associada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sua carreira acadêmica e sua obra sempre se pautaram por suas convicções éticas e políticas de defesa de uma sociedade mais justa e solidária.

orientando a penetração do progresso técnico em forma desigual. Assim, apesar do avanço do desenvolvimento industrial, sua auto-sustentação e sua endogenia não estão garantidas, recriando-se periodicamente tanto a restrição externa ao crescimento como a heterogeneidade estrutural de nossa economia e de nossa sociedade.

Sua visão do que é o subdesenvolvimento representa um enorme avanço sobre a dicotomia atraso/modernização e, em particular, sobre a visão “etapista” que predominava nos centros de pensamento hegemônico e também no debate acadêmico e político. Aborda, além disso, o tema da dominação internacional a partir da situação de dependência, recriada permanentemente por meio dos elementos de dependência tecnológica, financeira e cultural que marcam o comportamento das classes dominantes brasileiras e de suas elites dirigentes. Assim, da sua teoria do subdesenvolvimento desprende-se uma teoria da dependência, muito antes das versões divergentes – e pretensamente mais acabadas – de Gunder Frank e de Cardoso e Falleto.

Suas preocupações recorrentes com o tema da construção da nação diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação estão presentes em quase todos os seus escritos desde 1964. A separação, para fins analíticos, entre as dimensões econômicas, políticas e sociais do nosso subdesenvolvimento nunca o impediu de ter uma visão histórico-estrutural capaz de abranger as três dimensões, desde *Formação econômica do Brasil* (1959) até *Brasil: a construção interrompida* (1992).

Continuando sua luta incansável pela verdadeira emancipação nacional, marca de sua vida como pensador e homem público, escreveu no duro ano de 1999 dois textos sintéticos que resumem o esforço intelectual de uma vida altamente produtiva: *Brasil: opções futuras* e *E agora Brasil?*. No primeiro, reflete novamente sobre o que considera a fonte primeira da dominação mundial: o controle das inovações tecnológicas. No segundo, aponta como elemento central de resistência e de possível superação da fratura social a própria formação e o desenvolvimento de uma cultura nacional.

Furtado não desiste nunca da idéia da necessidade de um projeto nacional capaz de animar a reconstrução do Brasil, mesmo quando a atual conjuntura de dismantelamento do país parece deslocar os resultados desse processo para um horizonte cada vez mais longínquo, como em seu *O longo amaneecer* (1999). No Manifesto da Frente de Esquerda *Em*

defesa do Brasil, da democracia e do trabalho (1999) – que ele assinou, como a maioria dos intelectuais que ainda continuam na luta de resistência às políticas neoliberais –, a epígrafe é uma frase sua, esclarecedora do estado de espírito do mestre: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”. Esta mágoa, que compartilho com paixão, decorre de nosso sentimento comum quanto à situação da nação em matéria de destruição das forças produtivas e da própria desorganização da sociedade.

A visão de Furtado pode ser chamada clássica, na perspectiva dos grandes pensadores brasileiros (marxistas ou não), como ele próprio, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, que trabalharam, com abordagens distintas, mas, até certo ponto, convergentes, sobre a formação da nação. O foco analítico principal de todos eles esteve centrado no desenvolvimento desigual do capitalismo – com especial ênfase de Furtado no progresso técnico –, tendo em vista explicar tanto a falta de “autonomia” da nossa burguesia para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno como a nossa heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática. Esta visão continua a ser majoritária na esquerda, porém sem a força analítica do pensamento dos grandes mestres. Do mesmo modo, uma boa parcela da esquerda que se reivindica marxista perdeu a capacidade de repensar e atualizar as teorias do imperialismo, que datam das primeiras décadas do século XX.

Minha visão mais recente do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial foi sendo construída como trabalho coletivo de um grupo de economistas políticos do Rio de Janeiro e de Campinas, com a colaboração indispensável do cientista social José Luís Fiori, que introduziu formalmente a geopolítica em nossas análises e reuniu os ensaios mais significativos nos livros *Poder e dinheiro* (1997) e *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999). Nosso ponto de partida difere do da escola cepalina: fizemos uma releitura do desenvolvimento do sistema capitalista e de seus esquemas de dominação dando ênfase maior ao dinheiro internacional – e não ao progresso técnico – como expressão do nexo de dominação do capital financeiro sobre a periferia nos últimos 150 anos. Vale dizer: não usamos o esquema clássico da divisão internacional do trabalho porque ele só parece ter funcionado a contento até o último quartel do século XIX.

Acompanhamos nossa análise de uma visão geopolítica para entender melhor a formação dos centros hegemônicos, tentando reorganizar ao

mesmo tempo o conceito de relação entre centro e periferia e o de capitalismo tardio, sem que a hierarquia geopolítica se sobreponha necessariamente à da geoeconomia. O fato de que estas duas hierarquias não se sobrepõem necessariamente pode ser exemplificado pelo caso da Rússia no fim do século XIX. A Rússia podia ser considerada, à época, um país capitalista subdesenvolvido tanto do ponto de vista da heterogeneidade estrutural das forças produtivas e das relações sociais de produção como de sua inserção na economia internacional. Entretanto, dificilmente poderia ser considerada um país periférico na ordem mundial da *pax* britânica, dada sua característica de grande potência européia. O mesmo ocorreu mais tarde com o Japão, na Ásia, do começo do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nosso debate teórico coletivo está apoiado no método histórico estrutural dos mestres latinoamericanos, mas desenvolveu mais o tópico do dinheiro internacional, já utilizado por Prebisch em 1949, quando discutiu a mudança dos centros e a constituição do sistema de Bretton Woods. A questão do padrão monetário internacional não foi, porém, incorporada à escola latinoamericana de economia política, que preferiu centrar-se no progresso técnico e na industrialização nacional como uma forma viável de resposta ao subdesenvolvimento. Como se verificaria mais tarde, a industrialização por substituição de importações não eliminaria nem as questões estruturais colocadas por Furtado, nem a situação periférica colocada por Prebisch.

Ao retomar o papel do dinheiro internacional, tentamos reinterpretar algumas visões clássicas do capital financeiro na constituição do sistema de dominação internacional a partir do século XIX. A sagrada aliança entre o poder dos banqueiros e o poder do Estado foi essencial para impulsionar a expansão da “economia mundial”, visão que aparece tanto em Braudel como em Hilferding, embora com distintas combinações espaço-tempo e arquiteturas do “sistema capitalista”. Ambas as abordagens contêm elementos analíticos que nos parecem essenciais para o entendimento da expansão dos centros de poder mundial e de sua hierarquia. A nosso ver, hoje, mais do que nunca, a existência de um poder de Estado hegemônico central expressa-se tanto pelo “poder das armas” como pela integração global do padrão monetário dominante que permite ampliar o espaço do capital financeiro. O país dominante na organização do centro capitalista pode não estar mais na vanguarda do progresso tecnológico, como aconteceu com a Inglaterra a partir de 1870. No entanto,

o seu poder militar foi tão importante para manter a sua hegemonia na *pax* britânica quanto o padrão libra-ouro, que permitiu o domínio internacional de seu capital financeiro. Ambos mantiveram a Inglaterra até 1914 como o centro hegemônico da ordem e do sistema capitalista internacional.

Esta abordagem permite recuperar a evolução das relações cambiantes de dominação dos dois centros hegemônicos sobre as periferias, bem como os esquemas de enquadramento das demais potências de capitalismo tardio. Permite-nos, também, entender melhor o atual estágio de hierarquia fortemente unipolar da ordem capitalista, que pode ser verificado principalmente a partir da retomada da hegemonia norte-americana, no início da década de 1980. A “diplomacia do dólar forte”, como a “diplomacia das armas”, torna mais fácil compreender os contornos da crise contemporânea e os seus impactos distintos sobre as periferias e a ordem mundial. A diplomacia das armas liquidou a potência soviética sem disparar um tiro e a diplomacia do dólar mergulhou a América Latina, ao contrário de alguns países periféricos da Ásia, numa crise de longa duração da qual até agora não conseguimos sair.

Os interesses anglo-saxônicos, atualmente sob o comando dominante do governo norte-americano, impuseram a desregulação sistemática dos mercados de câmbio e de capitais de quase todos os países capitalistas e conseguiram paralisar mesmo uma grande potência tecnológica como o Japão. As políticas imperiais das armas e do capital financeiro redefiniram os espaços das potências intermediárias na hierarquia do sistema capitalista, incorporando a China e a Índia nessa categoria. Esta incorporação, obrigada pelas políticas de desenvolvimento tecnológico-militar de ambos os países, retira-os, pelo menos temporariamente, da condição de países periféricos, apesar de manterem ainda a heterogeneidade econômica e social típica de países subdesenvolvidos. Já o Brasil não só fracassou na tentativa de tornar-se potência intermediária empreendida na segunda metade da década de 1970 - quando muitos supunham, erradamente, que a hegemonia norte-americana tinha terminado - como continua subdesenvolvido e financeiramente mais submetido do que nunca, apesar do grau de desenvolvimento industrial já alcançado em 1980.

A meu ver, o subdesenvolvimento continua não se definindo hoje pela posição do Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo pela produção industrial no *ranking* da produção mundial - como Furtado havia esclarecido em sua teoria original de 1961 -, mas não pode mais ser caracterizado por

referência a uma divisão internacional do trabalho clara, como no caso do esquema centro-periferia de Prebisch. A difusão do progresso técnico e a inserção comercial dos países subdesenvolvidos estão sendo sujeitas a um esquema rapidamente mutável, comandado pelas estratégias de concorrência das filiais das grandes empresas internacionais, desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Esta estratégia pode ser apoiada, recusada ou modificada pelos países subdesenvolvidos – como demonstra a variedade de experiências na Ásia – por meio de políticas públicas nacionais. Isso vem em apoio do conceito originário de subdesenvolvimento de mestre Furtado e de sua proposta recorrente de um projeto nacional que permita realmente transformar por dentro o país por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento. Que atualmente estas idéias tenham de levar em conta o fato novo da “divisão do trabalho intrafirmas internacionais” e o caráter mais acelerado da expansão do capital industrial e da difusão do progresso técnico no após guerra³ significa apenas que as condições para vencer o subdesenvolvimento mudaram acentuadamente. Isto começou a ocorrer depois da mudança de centro hegemônico e, em particular, depois da retomada da dominação imperial norte-americana na ordem internacional que acentuou o processo de “globalização”, sobretudo dos mercados financeiros, além do controle crescentemente centralizado das comunicações e da informação.

No que se segue, não vou me deter na minha visão monetário-financeira da crise brasileira dos últimos 20 anos (que, no entanto, é importante para entender o que há de novo na nossa subordinação atual), mas tentar retomar algumas das preocupações estruturais de Furtado, não só em homenagem ao mestre, mas para retomar o meu próprio “fio da meada”. O meu caminho intelectual começa com ele, na *Formação econômica do Brasil*, passa pela leitura dos demais mestres brasileiros e latino-americanos e continua com algumas reflexões de minha própria lavra sobre a dinâmica macroeconômica e macroestrutural do capitalismo brasileiro, tanto industrial como financeiro. Minhas últimas reflexões vão além do debate entre estagnação e dinamismo e tentam retomar a perspectiva da “longa duração”. No meu último ensaio sobre o Brasil, “Território, império e dinheiro”, de 1999⁴, ficou pendente uma série de

3 FAJNZYLBBER, Fernando. Estratégia industrial e empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.

4 TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). *Esta-dos e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

pontos que considero cruciais para entender a natureza da nossa construção nacional. Estou particularmente interessada em retomar as questões do pacto de dominação interna e da luta de classes, para revisitar o núcleo duro da permanência da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil. Não se trata, porém, de uma contribuição original a uma teoria geral do subdesenvolvimento ou da dependência, mas de uma releitura, se possível mais analítica, da reprodução de um certo tipo de dominação interna.

No ensaio “Brasil: da República oligárquica ao Estado militar”⁵, Furtado afirma logo no início que “a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios”. Este é também meu ponto de partida, embora, a meu ver, não se trate apenas de privilégios, mas da própria forma estrutural em que se constituíram e reproduziram as classes no nosso país. A sua leitura analítica do desenvolvimento capitalista sob o regime militar nunca bateu com a minha, mas sua visão de longa duração das raízes do subdesenvolvimento continua de pé. Assim, a maior homenagem que posso prestar a Celso Furtado é continuar a entabular com ele o debate amigável e respeitoso que vimos mantendo permanentemente há mais de 30 anos. Para isso, devo sair do domínio estrito da dinâmica econômica e mesmo do campo mais radical da crítica à economia política e atrever-me a incursionar pelo território do mestre – o seu método histórico-estrutural –, incorporando, na medida do possível, o esforço analítico de outros grandes pensadores brasileiros, que também me são próximos intelectualmente, nas suas leituras da formação do Brasil.

Domínio do território e pacto de dominação

Apesar de levar em conta seriamente as determinantes geoeconômicas do desenvolvimento capitalista na formação do Brasil contemporâneo e as “taras” do nosso passado colonial, sempre tão lembradas, continuo achando que são determinações estruturais insuficientes para explicar de forma satisfatória nossa evolução social e política como país independente. Por força mesmo das características da brutal desigualdade que se foi acumulando – apesar do enorme sucesso econômico do nosso “modelo primário-exportador” e do alto ritmo de crescimento industrial

5 FURTADO, C. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3a ed.

com difusão mais acelerada do progresso técnico nas três décadas do após guerra até 1980 –, importa-me mais reavaliar o que retardou tanto a construção de uma nação democrática em nosso país. Que tipo de pacto de dominação é este que não nos permite responder à atual crise, ainda que de forma defensiva, sem regressão econômica e social, ao contrário de outros países periféricos de raízes autoritárias que começaram o seu “desenvolvimento capitalista” muito mais tarde? Ora, quase todas estas interrogações pedem respostas estruturais que vão além de qualquer “teoria da dependência”, mesmo na mais rigorosa versão centro-periferia. Existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. Assim, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os “donos da terra” indispensáveis ao pacto de dominação nacional.

O recurso periódico a uma ordem política autoritária centralizada tem buscado também suas razões de Estado na preservação de um território nacional de dimensões continentais e não apenas de suas fronteiras externas. Em particular, quando se trata da expansão capitalista em novas fronteiras territoriais, tem cabido ao governo da União um movimento de centralização de poder para impedir a luta de classes aberta, entre as frações da burguesia agrária e da oligarquia política regional que a representa. Em geral, para as lutas de rebelião regionais da população oprimida, os senhores territoriais locais davam conta do problema. Já para resolver o conflito entre frações da burguesia agrária e de seus representantes políticos regionais foi freqüente a intervenção do poder central, que em seguida tinha de renegociar o pacto oligárquico.

A dimensão do território e a sua forma de ocupação são também responsáveis por deslocamentos espaciais maciços da população, sobretudo de migrantes rurais. As mudanças radicais nas condições de vida e de exploração da mão-de-obra que acompanham as violentas migrações internas no século XX não permitiram, até recentemente, a formação de classes sociais subordinadas mais homogêneas e sedimentadas. Desterritorializados e “desclassados”, os trabalhadores brasileiros não tiveram representação política duradoura capaz de um enfrentamento

sistemático que pudesse conduzir o pacto de dominação a uma ordem burguesa democrática, isto é, disposta a pactuar os conflitos fundamentais, e não apenas a propor sucessivos pactos conservadores.

Esquemáticamente, podemos enunciar o problema afirmando que a nossa peculiar “revolução burguesa”, começada há pelo menos 150 anos, em vez de permitir a passagem a uma “ordem competitiva”⁶, manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário. A explicação para a permanência desta sagrada aliança envolve três ordens de relações estruturais que sustentam o pacto de dominação, mudando apenas a hierarquia espacial da articulação política das elites territoriais, quando o pacto de compromisso oligárquico é desfeito, em geral em decorrência de uma crise de financiamento do Estado, quase sempre ligada ao endividamento externo.

O primeiro fator de natureza estrutural para manter o pacto de dominação é a apropriação privada e concentrada da terra como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. É isto que explica o papel permanente do capital agrário na acumulação de capital e na dominação burguesa. Assim, um fator fundador de nosso capitalismo tardio converte-se num elemento fundamental da dinâmica capitalista até nossos dias. A existência de novas formas de “acumulação primitiva”, sempre reinventadas na expansão da fronteira econômico-territorial – periodicamente fechada e reaberta mediante a exploração predatória de recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas submetidas a todas as formas de exploração conhecidas –, só faz agravar o problema da exclusão econômico-social, mesmo mais tarde, quando da urbanização metropolitana, que se deve muito mais a esse processo histórico do que à própria industrialização. O segundo fator estrutural reside nas relações “patrimonialistas” entre as oligarquias regionais e o poder central por intermédio de sua representação política, quando se trata da distribuição e da apropriação dos fundos públicos, uma versão sempre renovada dos “donos do poder”.⁷ Estas relações políticas de associação oligárquica alimentaram a formação e as crises periódicas do nosso pacto federativo, as crises de vários

6 Ver FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

7 FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.

governos constitucionais e os sucessivos pactos de compromisso periodicamente refeitos entre as elites territoriais.

Finalmente, as relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional foram a moldura estrutural que enquadrou a formação de nossas elites “cosmopolitas” e o caráter mais ou menos dependente – ou associado – de nossa burguesia com o capitalismo financeiro internacional. Estas relações financeiras desiguais terminam, em geral, num processo de endividamento externo do Estado, que conduz periodicamente ao estrangulamento das finanças públicas e alimenta os conflitos do governo central com as elites locais por tornar escassos os “fundos públicos”. Por sua vez, essas relações de dependência financeira externa dificultam o processo de arbitragem pelo Estado do valor do dinheiro nacional, como forma de denominação e equivalência geral dos capitais particulares. O resultado histórico é que nossa moeda foi quase sempre inconversível e tende secularmente à depreciação, tornando vulneráveis várias frações da burguesia, além, naturalmente, de prejudicar as condições de vida do povo.

Qualquer que fosse a inserção internacional do capitalismo brasileiro – a primeira altamente expansiva do comércio internacional e a segunda mais restritiva do comércio exterior e mais dinâmica do ponto de vista da indústria orientada para o mercado interno, até chegar à crise das últimas duas décadas –, a importância do capital internacional em suas distintas formas foi indiscutível, exceto no período 1930-1955. Nesses longos 25 anos que se sucederam à moratória de 1931, o Brasil ficou afastado das correntes financeiras internacionais, não havendo entrada significativa de investimento direto estrangeiro, nem de financiamento externo líquido do setor público. Estas foram as duas formas de relações financeiras mais relevantes para explicar a natureza da associação subordinada do nosso capitalismo tanto no Império como na República Velha e, mais tarde, do período JK em diante.

As crises econômicas mundiais, por sua vez, produziram sempre rupturas, não apenas no processo de acumulação de capital, mas também na estabilidade do domínio pactuado pelas elites políticas. As crises tendem a provocar mudanças na forma de governo e também na composição das forças políticas que dão suporte à governabilidade”, mantidas, porém, as relações complementares no processo de acumulação de capital entre as frações mercantil-agrária, mercantil-industrial e mercantil-financeira.

O caráter oligárquico fundamental do pacto de dominação burguesa

não foi alterado pelas crises sucessivas, mudando apenas a hegemonia política das oligarquias regionais e o peso relativo das frações de classe dominante, mas preservando – em qualquer tipo de regime de governo – as relações de domínio fortemente autoritário e politicamente excludente das “classes subordinadas”. Nossas “modernizações conservadoras” tampouco suprimiram o caráter rentista e patrimonialista de nossas oligarquias no processo de acumulação de capital e de poder. Este caráter, embora modificado, mantém-se tanto na dinâmica da expansão mercantil-agrária como no processo de acumulação urbano-industrial, marcando como característica fundamental os empreendimentos do nosso patronato nacional.

A meu juízo, estas são as raízes estruturais profundas da nossa impossibilidade de “completar a revolução democrática burguesa”, tão sonhada pelas nossas elites progressistas liberais, ou da hegemonia da burguesia industrial, como suposto por vários teóricos da esquerda durante o seu período de crença no “etapismo”. Retomando as evidências históricas que dão suporte a esta tese, podemos alinhar as seguintes considerações:

1. As raras passagens pela democracia política nunca conseguiram estabelecer um Estado de Direito com instituições capazes de conter dentro delas o seu próprio aperfeiçoamento e a moldura de regulação das lutas de classe, mesmo que fossem interoligárquicas, e muito menos tolerar a irrupção dos movimentos sociais urbanos e rurais. As sucessivas mudanças de regime político, da forma autoritária explícita para a forma mais branda de pactos constitucionais democráticos, jamais conseguiram incorporar os conflitos verticais das classes populares. A dizer a verdade, os pactos políticos democráticos não foram capazes de aceitar sequer a luta das classes médias e de seus intelectuais – radicalizados em sua indignação contra o arbítrio político das elites e a opressão do poder econômico – e quase sempre terminaram em golpe militar. Esta instabilidade política do pacto conservador deu bastante trabalho à imaginação criadora dos nossos bacharéis nas sucessivas revisões constitucionais a que se dedicam com afincos há mais de um século.

2. Nossas “transições democráticas”, além de periodicamente interrompidas, nunca alteraram o caráter concentrador da acumulação da riqueza capitalista, da distribuição de renda, ou a marginalização econômico-social permanente de uma parcela importante da população. Daí a impressão sistemática de que os ideais reformistas ou revolucionários estão “fora de lugar”, quando na verdade as idéias postas em prática pela

chamada “sociedade civil” burguesa estiveram sempre no lugar que lhes competia: manter o poder econômico e político, nem que fosse abrindo mão dos seus princípios “liberais” em economia e, sobretudo, em política. Para manter em expansão o capital e assegurar a propriedade do território ocupado, nunca deixaram de recorrer ao intervencionismo de Estado e ao endurecimento político.

3. O Estado sempre foi chamado a intervir com o propósito de manter a segurança e o domínio das nossas classes proprietárias, ou tentar validar patrimonialmente o seu estoque de capital acumulado. Para isso foram aplicadas políticas macroeconômicas convencionais, qualquer que fosse a natureza da filosofia econômica (liberal, intervencionista, agrarista ou industrialista) das burocracias do poder. A rigor, a releitura das políticas econômicas dos últimos cem anos nos conduziria fatalmente a uma “macroeconomia da riqueza” e não a uma macroeconomia definida pela renda e pelo emprego. Assim, todas as tentativas reformistas visando à democratização da propriedade ou à ampliação dos direitos sociais encontraram sempre resistências ferozes e tenderam sistematicamente a extravasar os limites de tolerância do pacto oligárquico de dominação interna, estabelecido pelo famoso “pacto de compromisso” das elites locais e regionais. Foi preciso uma centralização forte de poder, no Estado Novo, e uma violenta mudança nos “ares do mundo” para que se estabelecesse a primeira legislação social de enquadramento do mal chamado “mercado de trabalho”.

4. Creio que há evidências que apontam também para certas características das “rupturas políticas”. Os pactos políticos de governabilidade terminaram entrando em desagregação devido aos conflitos das elites políticas territoriais agravados pelos avanços, embora lentos, da luta de classes vertical. Ambos os conflitos se tornam mais fundos quando ocorre a ruptura periódica do elo frágil entre o dinheiro mundial e o nosso dinheiro local inconversível. Nesta situação, quer se trate de um pacto político liberal, quer seja ele garantido pela ordem interna das armas, é necessário restabelecer o pacto oligárquico mudando as alianças políticas regionais, sempre levando em conta, porém, que São Paulo continua a ser o centro econômico dominante, embora, em compensação, nem sempre esteja no comando do poder político central. É preciso também inventar periodicamente uma nova moeda para garantir o valor do capital privado, seja revalorizando o patrimônio bruto, seja depreciando as dívidas. As políticas monetária e cambial sempre foram, por isso, o

instrumento mais usado de política econômica, já que permitem, em última instância, encaixar os passivos privados junto ao Tesouro Nacional, isto é, “socializar as perdas”.

A ideologia da ordem permeia o caráter autoritário que caracteriza os sucessivos regimes de governo depois da proclamação da República e “justifica” as periódicas intervenções militares como exercício de um “poder arbitral”. Ordem e progresso sempre significaram, em última instância, domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação “familiar” de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica – positivista ou liberal – das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo que desse autonomia à chamada “sociedade civil” e permitisse governar de forma democrática e “republicana” o nosso país. As inúmeras Constituições nunca tiveram vida longa e, a rigor, o princípio republicano de que “todo poder emana do povo” foi sistematicamente atropelado pelas “elites” políticas que sempre optaram pelo proverbial “fora do Estado não há solução!”.

Entre a proclamação da República e a instalação do último regime militar, em 1964, as Forças Armadas foram se estruturando com a mudança progressiva da doutrina e da forma de organização das escolas militares e dos estados-maiores, mas afirmando sempre o binômio Ordem e Segurança Nacional, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1964, porém, já tinham alcançado uma visão geopolítica e geoeconômica diante da ordem mundial que pode ser sintetizada no binômio Segurança e Desenvolvimento, e que as converteu, de fato, no único “poder nacional”: não mais árbitro da luta política, mas mentor dos destinos do próprio desenvolvimento capitalista associado. Projetos explícitos de “grandeza nacional” só ocorreram, porém, com o Estado Novo de Vargas e com o projeto geiselista, coincidentemente em períodos de crise da ordem mundial. Ambos tinham como objetivo estratégico fazer do Brasil uma potência intermediária com certa autonomia de vôo e hegemonia no Cone Sul da América Latina.⁸

Entretanto, nem os projetos “nacional-desenvolvimentistas” nem os sucessivos pactos oligárquicos liberais ou autoritários encontraram tempo, dinheiro ou razão suficiente para levar adiante a reforma agrária e o ensino básico universal, apesar de serem ambos recorrentemente

8 Os dois projetos encontraram como limite o poder da potência dominante quando ela, completadas as suas “tarefas” na reorganização da ordem mundial, sempre retoma o seu projeto de domínio absoluto na região, expresso desde a Doutrina Monroe.

considerados indispensáveis ao desenvolvimento de uma nação moderna, mesmo na voz de certas elites conservadoras mais lúcidas.

Em resumo, o fato de nossa “revolução democrático-burguesa” continuar “incompleta” não se explica cabalmente pelo caráter tardio e periférico do nosso capitalismo, nem pelo caráter atrasado ou de dependência cultural das nossas elites. Tampouco pode ser atribuído ao comportamento dos nossos burocratas de Estado, que sempre procuraram centralizar o poder, já que isso não impediu muitos outros países de capitalismo tardio e periférico de levar a cabo as reformas agrárias e de ensino requeridas pelas suas modernizações conservadoras. As nossas “revoluções pelo alto” sempre foram uma “falsa via prussiana”,⁹ entre outras razões, porque as elites dominantes do país não tinham nenhum espaço geopolítico para conquistar nem tampouco estavam em condições de levar o capital monopolista nacional ao seu destino de sustentáculo do progresso técnico autônomo e de “potência”. Nem reformas de base (veto interno), nem potência militar (veto externo)!

Do ponto de vista econômico, o talento multipolar da dominação interna revelou-se, porém, extremamente eficiente, na forma desigual e combinada como foi conquistada e articulada a ocupação capitalista do território nacional, produzindo simultaneamente vários focos de expansão do mercado interno e excedentes exportáveis regionalmente diversificados. Produziu-se, com esse processo de expansão territorial, várias burguesias e oligarquias regionais que contrabalançavam a sua decadência econômica “cíclica” com um maior peso político relativo junto ao governo central, onde quer que ele estivesse. O Estado nacional brasileiro, por sua vez, sempre avançou em sua vocação centralizadora a partir de sucessivos conflitos e pactos das oligarquias regionais e destas com as elites de negócios internacionalizados.

A “ordem das elites de negócios”, sem mudar as leis básicas de propriedade (que datam de 1850), sempre foi capaz de mudar as “regras” de aplicação da lei e fazer “contratos de gaveta”, produzindo assim uma sociedade mercantil em constante busca de acumulação patrimonial. Desse modo, não se constituiu nunca uma ordem civil burguesa capaz de se auto-administrar nos marcos da universalização da lei e das “normas de mercado”, tão apregoados por nossas elites bacharelescas e por nossos

9 FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.

ministros liberais. Recorrendo periodicamente a golpes militares ou a intervenções políticas salvacionistas, o férreo pacto de poder conservador das classes dominantes não permitiu, até hoje, uma acumulação política de forças populares que levasse a uma participação societária ampliada, capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática.

A luta de classes no capitalismo brasileiro

Apesar de 150 anos de crescimento quase ininterrupto, o capitalismo brasileiro não conseguiu nunca completar a conversão das três “mercadorias especiais” – terra, trabalho e dinheiro –, transformando-as em mercadorias gerais “universalizantes”. Nenhum desses “mercados” – fundadores das relações sociais capitalistas de produção clássicas – funcionou a contento no Brasil até o final do século XX e, portanto, a própria constituição das classes é problemática, dando lugar a um sem-número de controvérsias sobre “modos de produção”, relações semifeudais, frações de classe etc.¹⁰

A luta de classes no Brasil é, portanto, um tema difícil de tratar; ela abrange vários problemas mal-resolvidos que vão da constituição econômica e social das classes até o “espaço” territorial e político do conflito dessas mesmas classes. Mas a dificuldade fundamental do ponto de vista do avanço da luta das classes populares é o caráter heterogêneo das classes subordinadas.

O chamado “mercado” de terra sempre foi uma ficção, tanto do ponto de vista jurídico como do social. A ruptura das sesmarias portuguesas de 1824 foi consolidada em 1850 pela Lei de Terras, um dos primeiros diplomas que os senhores do Império brasileiro construíram como afirmação de sua condição simultaneamente burguesa e oligárquica. Base de poder territorial das oligarquias regionais, sua intenção “modernizante” é explícita na lei. Estabelece formalmente um “mercado” de terras, já

¹⁰ A literatura sobre o assunto é interminável, embora mais recentemente tenha predominado a escola de sociologia paulista, fundada sob a orientação de Florestan Fernandes, que afirma o caráter burguês do pacto de dominação. Embora as análises da dependência de F. H. Cardoso e do populismo de F. Weffort tenham perdido sua eficácia intelectual, o mesmo não aconteceu com a contribuição de M. S. C. Franco para o entendimento do lugar dos excluídos. O seu clássico *Homens livres na ordem escravocrata* pode ser estudado com proveito até hoje, embora sua análise sociológica das relações de violência familiar predominante de então tivesse de ser completamente reatualizada por causa das condições distintas que prevalecem nas “comunidades clausuradas” das grandes metrópoles contemporâneas.

que estas só podem ser obtidas por “compra e venda”, mediante escritura registrada em cartório. Assim nasceu um dos mais antigos e rentáveis negócios patrimonialistas do capitalismo brasileiro: os cartórios privados que dão “fé pública”, onde foram e são praticados verdadeiros estelionatos que geraram a fortuna súbita de vários aventureiros e provocaram a ruína e a expulsão de milhares de ocupantes, posseiros, assentados e trabalhadores da terra. O cadastramento das propriedades na União, nos estados e municípios continua até hoje sendo um verdadeiro novelo, tamanha é a quantidade de camadas sobrepostas de títulos falsos de propriedade. Estimativas recentes dos registros públicos indicam que mais de 80% das propriedades rurais e urbanas não possuem titulação legal.

A discussão sobre os direitos de posse e propriedade, bem como sobre o uso público e social da terra, arrasta-se desde o Patriarca da Independência até os nossos dias. Os “liberais progressistas” do século XIX foram sistematicamente derrotados; os reformistas do século XX tiveram um destino pior: muitos deles pagaram com a cadeia e o exílio suas pretensões de democratização da propriedade. Mas alguns dos que sobraram na década de 1990 esqueceram o que pregaram ao chegar ao poder em 1995: foram e são coniventes com esta “ordem natural” das coisas, invocando mais uma vez as “raízes” no nosso passado colonial.

A terra continua a ser hoje, depois de quase 200 anos da proclamação da Independência, um instrumento de domínio político e de valorização patrimonial privada e nem sequer se tornou – como pregavam Adam Smith e, depois, os economistas neoclássicos – dominantemente um fator de produção. Vejam-se as discussões intermináveis sobre “terra produtiva”, cujo sentido é protelar qualquer avanço sério da tese sobre o uso social da terra expressa nas Constituições recentes, desde o Estatuto da Terra do governo Castelo Branco.

Sobre o “mercado” de dinheiro, sua permanente regressão, sua colagem e sua ampliação desmesurada e seu caráter eminentemente especulativo nas últimas três décadas têm sido minha obsessão desde 19789. A criação do dinheiro indexado, iniciado na gestão Bulhões-Campos, ganhou foros de verdadeira “ciranda financeira” a partir da criação do mercado financeiro da dívida pública. Isto permitiu ao Estado arbitrar o valor do capital das várias frações burguesas nacionais, privilegiando o capital financeiro bancário, mas mantendo os demais protegidos contra a desvalorização da moeda. Com a colagem do dinheiro nacional ao mercado especulativo internacional, ocorrida depois de 1992, a arbitragem do

valor da nossa moeda deslocou-se do poder público para as praças financeiras globais. Como o árbitro político-econômico não é mais o Estado, podemos dizer que terminou o “desenvolvimento nacional associado”, porque não há mais comando interno de decisões sobre a valorização privada do capital. A pergunta cabível não tem resposta, a não ser do ponto de vista político. Conseguirão as elites brasileiras recuperar para o controle do Estado nacional a flutuação do valor da moeda? Se não forem capazes, não haverá denominador comum da riqueza nacional. Afinal, tudo o que era sólido está se desmanchando no ar ou sendo apropriado pelo capital financeiro internacional. Esta é uma das questões que a esquerda tem enuncia- do com maior clareza.

Passemos agora ao problema da “mercadoria submetida” – o trabalho assalariado. A história da formação do “mercado de trabalho” foi lenta e dolorosa. A fuga para a frente das populações expulsas do território rural ou urbano deu lugar a formas de trabalho e ocupação que reproduziam, na fronteira de expansão da acumulação capitalista, as relações econômicas e sociais desiguais e combinadas que constituem a marca mais forte da heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira. O trabalho só tardia e parcialmente se constituiu como “trabalho assalariado” e, portanto, os trabalhadores, como classe incluída e submetida ao modo de produção capitalista, são apenas uma parte da população economicamente ativa. Uma parcela muito numerosa da população é excluída de forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis, mas não são especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa.

O exemplo mais acabado, por sua longevidade, da heterogeneidade de relações sociais é o que aconteceu com a cana-de-açúcar. Trata-se de uma produção resistente e permanente, na qual as formas de exploração de mão-de-obra evoluíram da grande empresa mercantil-escravista predominantemente exportadora, passando pela regressão secular do binômio latifúndio-minifúndio – que se mantém localmente até hoje –, até chegar à agroindústria contemporânea, na qual as relações de produção capturam várias formas desiguais e combinadas de exploração do trabalho.

A precariedade das relações de trabalho dos “homens livres” nas brechas, sobras e resíduos da grande empresa mercantil-escravista repete-se sob mil formas nos períodos seguintes do desenvolvimento do trabalho assalariado, no complexo cafeeiro (integração-expulsão), e mesmo no processo de industrialização (rotatividade, informalidade,

terceirização), para não falar da construção civil. O fenômeno continuado de migrações internas gigantescas não tem garantido um *território* comum que permita a contigüidade e a realimentação política da luta das classes subordinadas até o último quartel do século XX. Em verdade, nem sequer permitira, até o fim da década de 1970, o surgimento de uma classe trabalhadora com um partido politicamente unificado, capaz de tentar transformar as lutas locais em luta nacional, ou as lutas corporativas em luta social global. Desse modo, foi extremamente difícil enfrentar o poder concentrado do grande capital, que, apesar de heterogêneo, conseguiu sempre uma unidade conservadora, numa espécie de síntese pelo avesso das três modernidades seculares: a portuguesa, a inglesa e a norte-americana.

A emergência da luta de classes, do ponto de vista de uma “classe trabalhadora” nacional, deu-se lentamente no Brasil. As lutas populares que permeiam a passagem do Império à República ocorreram, com raras exceções, mais entre frações regionais rebeladas contra o chefe local – que encarnava o sistema de dominação dos senhores políticos territoriais – e menos contra a forma de exploração do trabalho, fosse já no grande domínio agrícola, passando pela grande empresa exportadora capitalista, cafeeira e mineradora, até alcançar a forma contemporânea dos grandes complexos agroindustriais e financeiros. Enquanto a grande empresa capitalista tem pelo menos 150 anos de existência, a organização dos trabalhadores como classe só começou cerca de 80 anos atrás.

Os dois processos históricos que levaram a luta política de classes à colagem com as relações de produção estão ligados às questões agrária e sindical. O primeiro, passado o período dos movimentos espasmódicos de rebelião dos trabalhadores rurais, levou à organização sob a forma de sindicalismo rural, ligas camponesas e, mais recentemente, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O segundo, ligado à questão sindical urbana, constituiu-se a partir da inserção capitalista assalariada nos portos, fábricas e em grandes empresas públicas e privadas do grande capital associado. Sua representação político-ideológica foi feita historicamente no século XX, em forma descontínua pelos anarco-sindicalistas, comunistas, trabalhistas históricos e mais tarde pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Dadas a brutalidade do sistema de dominação, a recorrência autocrática do sistema político e a exclusão social periódica de frações da população economicamente ativa já incorporada ao mercado de trabalho,

as lutas sociais combinam, em várias conjunturas, movimentos sociais recorrentes de resistência à violência dos “senhores” – sejam eles civis ou militares –, com lutas de classe propriamente ditas, além de com movimentos de classes médias radicalizadas.

O periódico dismantelamento ou ilegalidade em que foram colocadas as forças políticas de esquerda tem dado lugar a oscilações freqüentes na ideologia dos seus quadros intelectuais e dirigentes. Assim, os partidos de esquerda tendem a passar periodicamente por movimentos recorrentes de insurgência, marchas ou guerrilhas, alianças de classes subordinadas (operário-camponesa) contra todas as classes dominantes e frentes amplas (antiimperialistas e/ou antiautoritárias). Estas alianças se desfazem quando os conflitos se atenuam, quando são derrotados pelas forças da ordem ou quando a tarefa a que se propuseram (restauração democrática) parece terminada. A história é recorrente em todas as décadas, pelo menos a partir dos anos 30 do século XX.

Os partidos da esquerda organizada têm uma história dolorosa no Brasil porque, quase sempre, esta foi interrompida no nascimento. Tornam-se rapidamente ilegais ou, quando legais, não ultrapassam os “partidos de quadros”, com alianças mais amplas determinadas pela conjuntura e com a maioria dos quadros dirigentes provenientes das classes médias radicalizadas e não dos movimentos populares. Foi assim com o PC (Partido Comunista) e suas dissidências, com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com os movimentos sociais de estudantes de 1968 e com várias lutas contra a ditadura na década de 1970. No entanto, com o avanço do processo de industrialização e de exclusão social e com a longa duração da ditadura militar, que pôs fora da vida política nacional a geração de esquerda de 1968, surgiu a novidade histórica do Partido dos Trabalhadores, em 1980, que já leva 20 anos de existência legal.

A fundação do PT ocorreu no auge do movimento de massas e da luta pela redemocratização, depois de um longo período ditatorial. Juntou quadros dos movimentos sociais de base (trabalhadores rurais e urbanos), apoiou-se e foi dirigido por quadros do movimento operário renovado e só depois incorporou entre seus dirigentes intelectuais orgânicos provenientes de diversas frações dos partidos de esquerda (dissidências dos PCs, da Ação Popular e trotskistas). Nasceu com um programa de socialismo democrático, por oposição ao socialismo real, antes mesmo da sua derrota histórica, tentando manter a sua própria democracia interna no que tange à discussão ideológica e à organização

de tendências. A representação proporcional de todas as tendências na direção nacional de quadros vai mudando de acordo com a sua força territorial, social e ideológica, embora a hegemonia dos quadros paulistas seja inegável, dada a maior concentração econômica e política do capitalismo em São Paulo.

O PT nasceu tardiamente no Brasil, no final da nossa Segunda Revolução Industrial, quando as condições econômicas e sociais sofreram rápida e grave deterioração, a partir da crise da dívida externa. Do ponto de vista das condições internacionais, afirmou-se contra a maré montante do liberalismo que começou a desagregar os partidos de esquerda europeus. A partir do agravamento do desemprego na década de 1990, a organização sindical não diminuiu, mas sofreu um duro golpe com o “desclassamento” de parte dos seus quadros provenientes dos grandes sindicatos urbanos da atividade privada (metalúrgicos e bancários), dos sindicatos rurais e de trabalhadores das empresas estatais.

Os movimentos sociais de base, apesar de sua expansão territorial e de possuírem quadros de organizações de esquerda, nasceram apoiados na Igreja Católica progressista, em franca decadência dentro da hierarquia eclesiástica e, hoje, praticamente concentrada nos movimentos populares do campo. A maior parte da população marginalizada das grandes cidades tem tomado crescentemente dois caminhos de “sociabilidade”: as diversas formas de crime organizado e as várias igrejas cristãs não-católicas. Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada mas altamente imbuídos dos valores da sociedade de mercado, numa espécie de “americanismo tropical”, expandem aceleradamente as igrejas do reino de Deus. Outra vez mais, e para tristeza de todos os iluministas, em particular os do falecido “departamento francês do ultramar”¹¹, deixam de valer os “universais racionais” e voltam à baila a questão territorial e a questão teocrática, para não falar da proliferação de novos “dirigentes políticos” celerados, provenientes das grandes metrópoles e/ou de novos territórios onde campeia o tráfico de drogas.

O problema da atual crise do movimento dos trabalhadores e do

11 A instauração de nossa ciranda financeira interna (na década de 1970) foi objeto de um capítulo da minha tese de titular (*Ciclo e crise*, 1978), do livreto que escrevi com J. C. Assis, *O grande salto para o caos*, de 1985, e, desde então, continuei sem parar, até quase me tornar uma “monetarista de esquerda”. Na verdade, minha volta às reflexões sobre desenvolvimento interno e “projeto nacional”, que mestre Furtado nunca abandonou, prende-se tanto à minha situação de militância como ao impasse em que se encontram mergulhadas a economia e a sociedade brasileiras deste fim de século.

socialismo democrático não é o fenecimento do operário industrial, nem a substituição da luta de classes pelos movimentos sociais – visão dos sociólogos contemporâneos, organizações não-governamentais etc. O problema central é o destino dos partidos de classe. Às dificuldades reais por que passam as classes trabalhadoras no mundo agregue-se, no Brasil, a necessidade de reformular a “questão nacional” diante do avanço do moderno imperialismo, sem voltar à tese cediça da “aliança com a burguesia nacional” para tentar chegar ao poder.

Não conheço nenhuma teoria da “revolução social” aplicável ao Brasil na atual conjuntura: nem a da revolução democrático-burguesa, nem a da revolução socialista, nem a da libertação nacional. O “clamor das ruas”, isto é, as gigantescas manifestações de massas do período de redemocratização, foi substituído pela violência surda ou aberta dos despossuídos, pela luta sindical setorial ou pelos movimentos sociais dos que foram “desclassados” ou desqualificados no período recente de afirmação truculenta das políticas neoliberais. A repressão organizada do Estado foi substituída pela repressão caótica das “forças da lei”, ou pelo terror acelerado dos senhores de territórios, reais ou virtuais, da terra, do dinheiro e da droga. Assim, a reconstrução de um Estado democrático e republicano é provavelmente apenas uma aspiração consciente dos cidadãos, isto é, dos incluídos. Mas, e os excluídos da cidadania, como chegarão a ela sem a luta de classes? Esta é a pergunta a que só a evolução dos partidos de esquerda, sobretudo do PT, e das lutas populares poderá dar resposta na prática. Talvez, por vários caminhos aparentemente divergentes, afinal se encontrem plataformas de luta institucional, social e popular que convirjam para a emancipação das classes oprimidas. Infelizmente as tendências políticas européias, asiáticas e latino-americanas não nos ajudam muito como “modelo”, nem como apoio em nossas lutas. As tendências regressivas do capitalismo contemporâneo, sob forte hegemonia norte-americana, têm posto na defensiva desde os sindicatos até os políticos conservadores clássicos. O neoliberalismo, como doutrina e como prática, envolveu desde os democratas-cristãos até os social-democratas de todos os matizes que tentaram reagrupar-se sob o grande manto esfarrapado da Terceira Via. Confusões ideológicas à parte, e mesmo aceitando que o regressismo conjuntural possa ser mais duradouro, só posso terminar este ensaio com as palavras de mestre Furtado na sua constante busca pela existência de uma nação brasileira: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá

que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país” (grifo meu).

Para nós, militantes de esquerda, esta conclusão nos leva de volta às velhas discussões de mais de um século, oxalá reatualizadas. A primeira delas é a da representação e da participação direta popular nas decisões. Evidentemente, as experiências populares de participação no poder local são de natureza diferente das que afetam os centros de decisões do país. Podem, quando muito, ser um processo de aprendizado de cidadania e de democratização republicana na organização popular da sobrevivência e da vida cotidiana. Participar dos centros de decisão, isto é, dos poderes centrais, sobretudo do Executivo, não significa apenas ganhar a eleição; passa pelo problema das alianças políticas de sustentação para exercê-lo, mantendo a hegemonia das classes trabalhadoras.

Para os que sofrem a tentação da “tomada do poder revolucionário”, convém lembrar que a revolução socialista inspirada na idéia de “ditadura do proletariado” não se deu na tomada do Palácio de Inverno, mas com a derrota do exército branco pelo exército vermelho e, posteriormente, com a ditadura do partido sobre as duas burocracias, civil e militar, do Estado. Esta ditadura, por sua vez, deu lugar a desastres totalitários e posteriores regressões que se querem evitar. Por outro lado, é difícil definir socialismo democrático senão como um processo de luta de classes que deve ser conduzido por partidos de trabalhadores abertos a todas as experiências de participação popular autônoma.

Finalmente, a “questão nacional” volta à tona com mais força que nunca nos países da periferia, porém, desta vez, dificilmente será vitoriosa a hipótese do populismo ou do autoritarismo nacionalistas. Não se trata, tampouco, de ressuscitar a tese da “burguesia nacional”, até porque os centros de decisão do país estão escapando ao controle do seu pacto de dominação interno, velho, de 150 anos. O imperialismo, em seu atual estágio de “globalização”, tornou mais destrutivo que nunca o poder do dinheiro internacional, retomando algumas das suas políticas clássicas, sem permitir, no entanto, a internacionalização do mercado de trabalho, nem a ampliação da luta de classes internacional, típicas do final do século XIX, ou as lutas bélicas interimperialistas do século XX. Assim, a luta capital *versus* trabalho e a luta nação *versus* império estão ambas na ordem do dia, mas se apresentam cruzadas de forma inusitada e não como enunciadas no marxismo clássico, ou mesmo na experiência prévia latino-americana.

O Brasil, por ser um país excêntrico à ordem capitalista central – embora submetido a ela –, nunca sofreu ameaça bélica externa a seu Estado nacional, mas tampouco conseguiu construir uma nação democrática e independente do ponto de vista dos interesses das classes subordinadas. Permeado por conflitos sociais de toda a natureza, dispõe, porém, de fortes organizações nacionais dos trabalhadores e do maior partido de esquerda da América Latina, tendo, portanto, condições de travar uma luta de classes original. A condição lógica, mas não “historicamente necessária”, é que os espaços de conflito populares de múltiplas dimensões possam tornar-se convergentes pela primeira vez em nossa história. Desse modo, as lutas da conjuntura, se orientadas por uma coordenação política nacional flexível, mas lúcida, podem ser capazes de alterar as tendências de longa duração do nosso capitalismo tardio e autoritário. Os avanços populares estão sendo conquistados palmo a palmo, mas a resistência popular está sendo acompanhada de mudanças estruturais não controláveis. Seja como for, a história está aberta, a luta está se espalhando e se aprofundando e o futuro já começou.

Referências

ARANTES, P. *Um departamento francês no ultramar*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.

_____. e TAVARES, M. C. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, IEB/USP, 1969.

FRANK, A. G. *Capitalismo e subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Signos, 1970.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3a ed.

_____. *Os ares do mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

_____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *E agora Brasil?* Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, nov. 1999.

_____. Brasil: opções futuras. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, UERJ, set. 1999, v. 3, no 2, jul./dez. 1999.

TAVARES, M. C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, Unicamp, IE, 1998. In: *30 anos de Economia*

– *Unicamp*, no 8. Originalmente apresentada como tese para o curso de professor titular à FEA/UFRJ, 1978.

_____. e ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3a ed.